

Área Temática

Direitos Humanos e Justiça

“Ações Integradas em Busca da Cidadania”: juventude e cultura em áreas precarizadas de João Pessoa

Autoria: Claudiovian Ferreira da Silva, Graduando em Ciências Sociais, Bolsista do Projeto “Ações Integradas em busca da Cidadania” - rapeskato@yahoo.com.br; Prof.ª Dr.ª Tereza Corrêa da Nóbrega Queiroz, Doutora em Sociologia, Coordenadora; Prof.ª Dr.ª Eliana Monteiro Moreira, Doutora em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Coordenadora

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Introdução: este trabalho encara o problema da falta de cidadania e pensa as questões da cidadania e da exclusão a partir da vivência de grupos juvenis moradores de bairros pobres na cidade de João Pessoa. A ótica de intervenção em que se situa esse trabalho é voltada para o diálogo e fortalecimento de grupos juvenis em situação de difícil acesso à cidadania. **Objetivos:** promover ações educativas e culturais nas áreas de meio ambiente, direitos humanos e saúde junto a jovens e adolescentes em situação de risco, de comunidades com precarização social em João Pessoa (PB). **Metodologia:** foram utilizados: observação participante, entrevistas com roteiros semi-estruturados, aplicação de questionários, realização de oficinas culturais, diálogos com lideranças comunitárias e registros. **Resultados e Conclusões:** despertou o interesse e o engajamento dos adolescentes e jovens em atividades culturais; permitiu consolidar grupos culturais pré-existentes, a exemplo de grupos de hip-hop, dança e capoeira; diminuição do estigma de que são alvos, resultando em minimização de práticas discriminatórias; entre outros resultados obtidos.

“Projeto Themis: Aluno Cidadão” - perspectivas de efetivação dos direitos humanos a partir da educação

Autoria: Alves, Bruno Franco, Graduando em Direito pela Universidade Federal de Viçosa - bfrancoulv@yahoo.com.br; Patrocínio, Dariana Augusta de Toledo, Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Viçosa - darianapatrocínio@yahoo.com.br; Colli, Luciene Rinaldi, Professora Mestra em Direito da Universidade Federal de Viçosa - lcolli@ufv.br.

Instituição: Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Brasil

As ações desenvolvidas pelo “Projeto Themis: Aluno Cidadão” relacionam-se com os anseios por uma nova prática educacional, capaz de despertar os educandos para o exercício diário da cidadania. O Projeto foi concebido e é desenvolvido com o objetivo de possibilitar que os estudantes se reconheçam enquanto sujeitos detentores de direitos, tornando-os aptos a identificar a violação dos mesmos, bem como as causas desta violação e, principalmente, fornecer subsídios aos estudantes para que possam lutar pela efetivação dos seus direitos. Através de intervenções semanais em turmas de sétima e oitava séries de escolas municipais da periferia da cidade de Viçosa (MG), são abordados temas ligados ao direito e à cidadania. Fundamentadas na pedagogia “freireana”, as atividades são coordenadas pelos executores do Projeto e privilegiam a participação dos educandos. A partir dessas atividades, é feita a interface entre a realidade vivida pelos estudantes e o que preconiza o direito. Da troca de experiências, surgem alternativas para que a realidade almejada possa ser materializada, enfatizando-se sempre a necessidade da participação de todos para a sua construção. Com desenvolvimento da consciência crítica e da postura cidadã dos educandos, espera-se contribuir para a efetividade dos direitos humanos e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade realmente justa e democrática.

Projeto de assessoria às comunidades atingidas por barragens no Alto Rio Doce e Zona da Mata de Minas Gerais

Autoria: Maria das Graças Alves Costa, bolsista pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFV, aluna do 6º período de Geografia - gracinhae@yahoo.com.br; Franklin Daniel Rothman, Ph.D. em Sociologia e Prof. Adjunto do DER/UFV, coordenador do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - frothman@ufv.br; Juliana de Oliveira Tostes, bolsista pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFV aluna do 6º período de Geografia - jutostinha@yahoo.com.br, Henrique Moreira de Melo Silva, bolsista PROEXT 2004 - henriqueabeef@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal de Viçosa

Desde 1996, o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, registrado na Universidade Federal de Viçosa (UFV), busca o empoderamento e a inclusão sociopolítica de pequenos agricultores atingidos por projetos hidrelétricos na Zona da Mata Mineira, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, MG e a Arquidiocese de Mariana. Estimulamos a participação dessas populações em todo o processo de licenciamento ambiental dos projetos de barragem, em particular a participação nas audiências públicas e reuniões de negociação com os empreendedores e representantes de órgãos públicos. Contribuímos com a orientação dos grupos atingidos na análise dos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIARIMAs) e elaboramos pareceres técnicos sobre os EIA/RIMAs. Através do subprojeto Educação Ambiental em Escolas das Populações Ribeirinhas, temos aumentado a discussão da problemática sócio-ambiental de construção de hidrelétricas na região da Zona da Mata em Minas Gerais. Entre as vitórias parciais do projeto, são a assessoria à comunidade atingida pelo PCH Cachoeira Grande, que teve como resultado o indeferimento do pedido de licenciamento prévio e, assim, salvou uma das mais bonitas cachoeiras da região. Mais recentemente, a partir da participação do Projeto no Programa TEIA (PROEXT-2004), aumentou o número de alunos informados e sensibilizado sobre as violações de direitos humanos em vários projetos de barragem na região, em particular a UHE Candonga.

A extensão no sistema prisional: atuação interdisciplinar no presídio Regional de Blumenau

Autoria: Reidy Rolim de Moura, Professora do Departamento de Serviço Social da FURB/Fundação Universidade Regional de Blumenau, Doutoranda em Sociologia Política na UFSC - reidy@furb.br; Bárbara Zalasck, Acadêmica do curso de Serviço Social, estagiária curricular do programa: Violência e Sistema Prisional: Práticas da Universidade no Presídio Regional de Blumenau; Paloma Karina Fodi, Acadêmica do curso de Serviço Social, estagiária curricular do programa: Violência e Sistema Prisional: Práticas da Universidade no Presídio Regional de Blumenau

Instituição: Fundação Universidade Regional de Blumenau

O Programa “violência e sistema prisional: práticas da universidade junto ao sujeito privado de liberdade” tem como objetivo desenvolver atividades interdisciplinares dentro do Presídio Regional de Blumenau e Fórum da Comarca de Blumenau, junto ao preso, egresso e profissionais do sistema penal. Considerando que a atuação nas instituições penais de todo o país ocorre de maneira interdisciplinar e que esta se tornou uma possibilidade de enfrentamento à violência e suas representações nas várias esferas sociais, é que se apresenta a prática das ciências dentro do ambiente prisional como uma possibilidade de mudança no manejo das medidas punitivas e o retorno do sujeito ao convívio social. A prática nesse espaço está organizada através de atendimentos e posterior levantamento de demandas para as intervenções necessárias, tais como: visitas domiciliares, viabilização de acesso a documentos pessoais, orientações sobre benefícios sociais e a rede de serviços municipais para os familiares. Desde o início da atividade da Universidade dentro do Presídio, o egresso e sua família têm sido o campo maior de investimento, seguido do acompanhamento das condições do sujeito que permanece

encarcerado, sua relação com os familiares e o acesso deste último às políticas públicas.

A extensão como espaço de formação: curso para agentes em direitos humanos na área de trabalho infanto-juvenil

Autoria: Maria de Fátima Pereira, Doutora em sociologia/UFPB e Profa. Dep. Psicologia/UFPB - fjalberto@uol.com.br; Marinalva de Sousa Conserva Doutora em Serviço Social/UFRJ e Profa. Dep. Serviço Social/ UFPB - mconserva@uol.com.br; Anísio José da Silva Araújo, Doutor em Ciências/FIO CRUZ e Prof. Dep. Psicologia/ UFPB - anisiojsa@uol.com.br; Bernadete de Oliveira, Mestre em Ciências/FIO CRUZ e Pesquisadora SEAMPO/ UFPB - bernanunes2003@yahoo.com.br; Maria Helena Serrano de França Lins, Especialista em Educação Popular/UFPB e Pesquisadora SEAMPO/ UFPB - hdehelena2004@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Este trabalho tem como objetivo compartilhar uma experiência de extensão efetivada em dois cursos de formação de agentes de direitos humanos que atuam na área do trabalho infanto-juvenil urbano e rural, o primeiro realizado entre março e julho de 2002, e o segundo realizado entre setembro de 2003 a fevereiro de 2004. Utilizamos uma metodologia participativa de construção coletiva de saberes, voltada para a capacitação de agentes sociais dos movimentos sociais e de instituições públicas de assistência e de defesa da criança e do adolescente e para a produção de conhecimento. Os cursos foram realizados em 9 módulos que abordaram os seguintes aspectos: sociologia do trabalho, legislação, políticas sociais, psicologia, saúde coletiva, geografia do trabalho, história, direitos humanos, educação popular e movimentos sociais. Os resultados obtidos nos permitem avaliar que a construção coletiva entre os diversos parceiros constituiu-se em um dos pontos cruciais desta experiência, "o que sabiam" - também era fonte de fundamentação de nossos trabalhos:- "famos construindo" - a experiência dos agentes junto ao conhecimento de especialistas, bem como outras articulações somadas e consideradas resultadas de uma nova produção:- "construímos coletivamente" - a Universidade, representada por núcleos e setores de estudos, juntamente às representações dos Movimentos Sociais, participou da produção de dados sobre o trabalho infanto-juvenil; além da qualificação de agentes em direitos humanos, a concretização de forma articulada o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Extensão Universitária e a Questão do Acesso à Justiça na Cidade de Sousa (PB)

Autoria: João Florindo Batista segundo, Discente - jf.segundo@uol.com.br; Rênio Libero Lite Lima, Extensionista Bolsista, Discente - reniolima@yahoo.com.br; Enderson Danilo Santos de Vasconcelos, Discente - endersonivasconcelos@gmail.com; Emerson Poreus Silva, Discente - mersinhoporeus@hotmail.com; Maria Zélia Ribeiro, Mestra em Direito/ UFPB - Docente - zelianberio@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Introdução: A Constituição Federal/ 88 e a Lei n.º. 1.060/50 prevêem assistência jurídica aos necessitados. Essa assistência, contudo, fica muito aquém das necessidades da população, uma vez que a Defensoria Pública do município sousense conta com apenas dois defensores. Na tentativa de amenizar essa problemática, os Projetos de Extensão do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) interagem em parceria para atender à demanda local. Objetivos: promover o acesso à Justiça por meio de atividades que aproximem comunidade e judiciário, elaborando-se peças teatrais e programas radiofônicos, para informar as pessoas sobre como procurar seus direitos e, se necessário, fazendo o atendimento presencial, diretamente ou por meio da Defensoria Pública de Sousa (PB). Metodologia: o Projeto de Extensão "O Direito ao Alcance de Todos" faz uso de espaços nas rádios Sousense-FM e Progresso-AM desta cidade para entrevistar os demais Projetos do CCJS, divulgando-os, e junto a eles atendendo aos interessados. Principais Resultados: há uma intensa troca de experiências entre os extensionistas dos diversos projetos, ampliando o público-alvo

dos programas radiofônicos, bem como prestando uma assistência mais completa. Conclusões: a Extensão Universitária tem conseguido, às custas de um esforço coletivo dos extensionistas, cumprir o seu papel social através da promoção de cidadania e justiça, contribuindo, assim, para melhorar a difícil vida das pessoas mais simples do sertão paraibano.

A função social do juizado especial da Paraíba – novo paradigma de justiça

Autoria: Orientador: Rogério de Meneses Falção Moreira, Juiz Federal e professor de direito civil da UFPB, especialista em processo civil pela UNB - rogerio@jfbp.gov.br. Extensionistas: Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa, beta(a) em Direito pela UFPB, mestranda em Ciências Jurídicas pela UFPB - annhaalbuq@hotmail.com; Magna Adjuto Palmeira, graduanda em Direito pela UFPB - magnapalmeira@hotmail.com; Mariana Moraes César, graduanda em direito pelo UNIPÊ - mmoraesc@ig.com.br; Tônia Lavogade, graduanda em Direito pela UFPB - tonialavogade@hotmail.com.

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

A Função Social do Juizado Especial Federal da Paraíba (JEF-PB) é um projeto de extensão universitária que tem por escopo facilitar o acesso de pessoas de baixa renda da capital e principalmente do interior ao Judiciário, informando acerca de seus direitos, além de encaminhar e acompanhar os casos que surgem e de competência do Juizado. O projeto desenvolve-se junto ao JEF-PB e em algumas comunidades humildes do Estado, e utiliza recursos como palestras, debates e questionários. Diante do pouco tempo de existência, conseguiu-se melhorar e agilizar gradativamente o funcionamento do Juizado, aumentando consideravelmente o número de atendimentos, além de elaborar uma cartilha e um vídeo educativo acerca dos direitos previdenciários. Com a prática conjunta da educação e da justiça, o projeto possibilitou o crescimento social dos extensionistas e a satisfação da sociedade, agora ambos mais capacitados na busca de seus próprios direitos e no exercício pleno da cidadania.

A prática jurídica na visão da extensão universitária: o desenvolvimento de habilidades nos núcleos de prática jurídica em Belo Horizonte

Autoria: Emerson Luiz de Castro, Mestre em Direito Empresarial, Professor de Estágio Supervisionado do Curso de Direito da PUC/Minas, Professor de Direito Civil Advogado - elcastro@castroadvocacia.adv.br; Flávia Cândida Ferreira Santos, Pós-graduanda em Bioética pelo IEC da PUC/Minas, Advogada - flavia_candida@yahoo.com.br

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A prática jurídica inserida nos Cursos de Direito oferecidos no país atingem dois objetivos relevantes, tanto para a educação, como para a sociedade, pois fomentam uma realidade prática para o aprendizado do aluno e prestam assistência judiciária gratuita para as camadas menos privilegiadas da comunidade que não conseguiram ter acesso à Justiça mediante a prestação jurisdicional e gratuita do Estado através de suas Defensorias Públicas. Desta forma, além da prática jurídica se consolidar como uma forma de extensão universitária, ela se reveste de um mecanismo social viabilizador de meios dignos ao possibilitar, sem restrição e com um atendimento rico em qualidade, que aqueles que se encontram numa posição mais frágil da sociedade tenham acesso efetivo à Justiça, dando ao Estado e à sociedade um retorno social a ser contabilizado em todos os aspectos.

A reincidência criminosa no presídio regional de Sousa (PB) em face da realidade nacional

Autoria: Rénio Libero Leite Lima - Extensionista Titular - Discente - reniolima@yahoo.com.br; Enderson Danilo Santos de Vasconcelos, Discente - endersonvasconcelos@gmail.com; Romero Tadeu Borja de Melo Filho - Discente - romerinhoborja@yahoo.com.br; Gustavo Gomes Martins - Discente - gustavogmartins@yahoo.com.br; Maria Zélia Ribeiro - Mestre em Direito/ UFPB - Docente - zelianberio@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Introdução: segundo dados estatísticos, em algumas regiões do país, os índices de reincidência criminosa ultrapassam os 80%. Eis que o projeto de extensão "O Direito ao Alcance de Todos" propõe-se a verificar a realidade no Presídio Regional de Sousa (PB) perante tal assertiva, constatando-se que o índice é de 62,25%, onde observa-se o desrespeito a dispositivos da Lei de Execuções Penais (LEP) que prevêem, além da assistência ao preso, sua reinserção social. Objetivo: alertar a sociedade civil e os poderes constituídos acerca do descumprimento da LEP e do descaso com os direitos humanos, além de tentar reaproximar as famílias dos presos, como forma de facilitar sua ressocialização. Metodologia: realizou-se pesquisa de campo no presídio de Sousa com levantamento de dados oferecidos pela direção do presídio e, em seguida, apresentaram-se programas radiofônicos, abordando os direitos do preso e denunciando as irregularidades desse estabelecimento prisional. Principais Resultados: as famílias de alguns apenados entraram em contato com os extensionistas, em busca de assistência jurídica e informações, assim como passaram a ouvir os programas de rádio do Projeto. Conclusões: não se cumpre, nos presídios brasileiros, a LEP; por isso, a reincidência criminosa cresce, ao mesmo tempo em que os direitos humanos ficam apenas no plano teórico, comprovando o fracasso do caráter ressocializador da pena.

Acessibilidade e cidadania: eliminando barreiras físicas e promovendo igualdade

Autoria: Flávio Antônio Miranda de Souza, docente, arquiteto, Pós Dr., Professor titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFAL, orientador do projeto de extensão - fidesouza@ctec.ufal.br; Gabriella Vasconcelos Peixoto, discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, Bolsista do Grupo Programa de Educação Tutorial (PET) de Arquitetura da UFAL - gabriellavasconcelos@hotmail.com; Joyce Fontan de Abreu, discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, Bolsista do Grupo Programa de Educação Tutorial (PET) de Arquitetura da UFAL - joyceavre@hotmail.com; Leonardo Salazar Bitte

Instituição: Universidade Federal de Alagoas

Introdução: as barreiras arquitetônicas representam grande obstáculo para a integração das pessoas portadoras de mobilidade reduzida ao meio que utilizam. Apesar das políticas públicas e leis que contribuem para o processo de adequação dos espaços coletivos às exigências de acessibilidade, a preocupação com a acessibilidade nos espaços construídos é ainda incipiente na sociedade. Constatada a carência de espaços acessíveis dentro do *Campus A. C. Simões* da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), foi iniciado um trabalho que disseminasse e viabilizasse um projeto de extensão relacionado ao tema. Objetivo: esse artigo visa à exposição da temática da acessibilidade no espaço construído como forma de promoção de igualdade social, discorrendo sobre o processo de concepção do projeto arquitetônico de adaptação do *Campus A. C. Simões* às normas de Desenho Universal, tornando-o acessível a portadores de deficiência física. Metodologia: foi realizado um levantamento bibliográfico das normas referentes à acessibilidade no espaço construído. Concomitantemente, houve a participação e promoção de cursos de capacitação por parte das pessoas envolvidas no projeto, além da realização de entrevistas com portadores de mobilidade reduzida. Em seguida, iniciou-se o processo de concepção do projeto de adaptação do *campus* da UFAL às normas de acessibilidade. Resultados: a promoção de cursos relacionados ao tema despertou o interesse da comunidade

acadêmica e dos profissionais da área da construção civil acerca das questões referentes aos direitos dos deficientes físicos e à acessibilidade no espaço construído. O projeto arquitetônico de adaptação do *campus* da UFAL foi concluído e está à espera de recursos para ser executado. Conclusão: iniciativas como esta geram uma maior conscientização acerca de temas fundamentais referentes aos direitos do cidadão. Através da criação de espaços acessíveis, é possível promover melhores condições de mobilidade e bem-estar, oferecendo, dessa maneira, circunstâncias mais adequadas àqueles a quem o espaço estabelece limites.

Acesso à justiça e aos direitos sociais

Autoria: Rafaela Lamera Cabral, discente - rafaela@uem.br; Carlos Augusto de Oliveira Diniz, discente - carlosaugustodiniz@bol.com.br; Marisa Ferreira Aquino, discente - mfaquino@yahoo.com.br; João Paulo Braitte, discente - braitte@ig.com.br; Sidineia Faria Gonçalves da Silva, docente - sidinea@uem.br

Instituição: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

O projeto de extensão "Acesso à justiça e aos direitos sociais" foi criado para atender ao anseio do "Programa Nacional de Direitos Humanos", lançado em 1996, que, ao enfatizar, dentre as suas metas, a necessidade de abertura de canais de acesso direto da população a informações e aos meios de proteção dos direitos humanos; o incentivo à criação de bancos de dados sobre entidades, representantes políticos, empresas, sindicatos, igrejas, escolas e associações comprometidas com a proteção promovem a efetivação dos direitos humanos. Assim, ao verificarmos que a maioria da população brasileira, especialmente a paranaibense, encontra-se, em alguns aspectos, alheia a possibilidades de benefícios constitucionalmente garantidos, o presente projeto almejou estimular famílias hipossuficientes da cidade de Paranaíba a se tornarem beneficiárias das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dentre os maiores problemas da comunidade, o projeto buscou amparar o direito de moradia e estreitou os mecanismos que levariam ao desenvolvimento por meio da assessoria jurídica prestada pelo Núcleo de Prática Jurídica da UEMS à regularização das propriedades. Com a latente necessidade de patrocinar, nas mais diversas esferas da vida social, a dignidade da pessoa humana, além de ser gratificante, traduz-se na mais bela forma de a Universidade cumprir com sua função social na comunidade, promovendo, assim, a plena realização da cidadania e a efetivação do direito de acesso à justiça.

Acesso à justiça e promoção da cidadania: experiência e desafios do Projeto Casa Legal Legal

Autoria: Leandro José de Oliveira, Graduando em Direito - leandro_uv@yahoo.com.br; Iglesias Fernanda de Azevedo Rabelo, Graduada em Direito, Advogada - iglesiasadv@gmail.com.br; Erich Fernando Araújo Silva, Graduando em Direito - ericharaujo@yahoo.com.br; Maria Aparecida de Castro Monteiro, Graduada em Direito - cidacamon@yahoo.com.br; Luciene Rinaldi Colli, M.S. Extensão Rural, Professora do Departamento de Direito - lcolli@ufv.br

Instituição: Universidade Federal de Viçosa

A promoção do acesso à justiça coaduna-se com a efetivação dos direitos à cidadania, principalmente através da assistência jurídica integral e gratuita às pessoas financeiramente carentes, possibilitando-lhes a reivindicação de seus direitos. A regularização jurídica da propriedade dos imóveis do bairro Cidade Nova, periferia do município de Viçosa/MG, é o objetivo inicial do projeto de extensão Casa Legal Legal. Em uma ação conjunta e interdisciplinar entre os estudantes dos cursos de Direito e Arquitetura e Urbanismo da UFV, procura-se assegurar, por meio de ações de usucapião, o título de propriedade aos moradores do referido bairro e assim promover o reconhecimento de suas cidadanias plenas. Ações de usucapião demandam provas técnicas (planta e memorial descritivo do imóvel usucapiendo) que as tornam bastante onerosas e inviabilizam sua propositura pela

defensoria pública ou pelo núcleo de assistência judiciária. A associação de conhecimentos de diferentes áreas viabiliza o combate ao problema da regularização jurídica dos imóveis oriundo da ocupação irregular do solo urbano, que traz consigo a queda da qualidade de vida e uma série de outras restrições ao exercício do lido direito de habitante da cidade. Até o presente momento, sete ações de usucapião já obtiveram sentença transitada em julgado favorável, outros dezesseis processos estão em tramitação. A regularização jurídica garante a continuidade do exercício do direito de moradia e põe fim à angústia e incerteza quanto à condição de proprietário do imóvel adquirido sem a observância das exigências legais. Contudo, as carências diagnosticadas apontam a necessidade de uma intervenção mais ampla, que abranja ainda um trabalho urbanístico, físico e social. O grande desafio do projeto Casa Legal é densificar os direitos dos moradores do bairro Cidade Nova e combater as desigualdades historicamente consagradas, num processo de efetivação do princípio do acesso à justiça e de resgate da cidadania.

Adoção de presos processuais no presídio do Roger (PB)

Autoria: Adónis Tássio Batista de Araújo, discente - adonistassio@yahoo.com.br; Lenilma Cristina S. F. Meirelles, docente - lenilmacristina@hotmail.com; Maria Clara Bernardes Pereira, discente - mariacclarabp@bol.com.br; Mariana Sousa de Oliveira, discente - marideoly@yahoo.com.br; Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros (apresentadora), discente - rachel_urquiza@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Inserido na temática de Direitos Humanos e direcionado para a problemática do sistema penitenciário no Estado da Paraíba, com foco no presídio do Roger, o presente projeto consubstancia os anseios acadêmicos pela ampliação das atividades de extensão na área criminal. Atende, oportunamente, à necessidade de suprir a carente assistência jurídica aos presos provisórios e tornar mais célere a prestação jurisdicional, tendo em vista a extensa demanda de processos pendentes na varas criminais da capital paraibana. Investido neste desiderato, objetiva assistir juridicamente os presos provisórios recolhidos no presídio do Roger, estimulando a pesquisa científica e a crítica da realidade carcerária da Paraíba, capacitando os alunos para a consciência e prática dos direitos humanos nas instituições penitenciárias. A metodologia utilizada consiste, primeiramente, na seleção de processos envolvendo presos provisórios, com o auxílio da Defensoria Pública. Em seguida, realizar-se-á uma capacitação nas disciplinas de direito penal, processo penal, prática jurídica penal e direitos humanos, para, posteriormente, se iniciar o efetivo atendimento processual, acompanhado de uma constante reavaliação dos resultados e dos problemas que surgirem durante a execução do projeto. Os principais resultados esperados, em consonância com o cronograma elaborado para as atividades, consistem na prestação de assistência jurídica aos presos provisórios do presídio do Roger, contribuindo para uma maior celeridade na prestação jurisdicional e no desenvolvimento de uma maior aproximação da Universidade com a população carcerária. Vislumbra-se, conseqüentemente, a relevância da realização do referido projeto em face da conjuntura social na qual pretende atuar, por promover a aproximação dos discentes junto à problemática carcerária e proporcionar uma atuação ostensiva da instituição de ensino na comunidade, a fim de que seja cumprido o seu papel social no que tange ao grave problema social, jurídico e político que envolve os presídios brasileiros.

Amor cronometrado: a visita íntima na ala feminina no presídio Regional de Blumenau

Autoria: Reidy Rolim de Moura, Professora do Departamento de Serviço Social da FURB/Fundação Universidade Regional de Blumenau, Doutoranda em Sociologia Política na UFSC - reidy@furb.br; Verônica de Oliveira, Bacharel em Serviço Social na Universidade Regional de Blumenau - xuxuvero@terra.com.br; Andressa Amdt, Acadêmica do curso de Serviço Social, estagiária curricular do programa: Violência e Sistema Prisional: Práticas da Universidade no Presídio Regional de Blumenau, FURB.

Instituição: Fundação Universidade Regional de Blumenau

O trabalho a ser apresentado foi possível de realização a partir da inserção no Programa: Violência e Sistema Prisional, práticas da Universidade no Presídio Regional de Blumenau, que propõe uma discussão e práticas interdisciplinares no presídio regional de Blumenau. Realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo, com método exploratório e análise qualitativa, a fim de compreender como as mulheres do Presídio Regional de Blumenau percebiam a visita íntima. Enquanto resultados, destacou-se que a visita íntima é utilizada nos presídios como um benefício ao bom comportamento; a maioria das mulheres não se sentem à vontade durante a visita íntima (desconforto, limite de horário, infra-estrutura precária), mas não abrem mão desta a visita íntima não acontece só para o ato sexual, mas também para fazer planos e discutir sobre assuntos diversos; há preocupação com os métodos contraceptivos e não com as doenças sexualmente transmissíveis. Foi possível trazer a tona a percepção da visita íntima das mulheres privadas de liberdade em Blumenau, que além de contar como acontece, como se sentem, as mulheres puderam expressar sentimentos e revelar o que está muitas vezes velado impostamente pela instituição.

Arquitetura e urbanismo: regularização de lotes no bairro Cidade Nova, Viçosa (MG)

Autoria: Suaid, Fernanda Ferreira*, discente graduanda, nandasuaid@yahoo.com.br; Andrade, Josiane Aparecida Silva de, discente graduanda, josiane_andrade@yahoo.com.br; Cunha, Oscar Ricardo Debalí da, discente graduanda, debalios@bol.com.br; Guarnier, Christiane Roberta Fernandes, discente graduanda, chrisguarnier@pop.com.br; Fontes, Maria Fernanda Cássia, discente graduanda, mfernandafontes@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal de Viçosa

Na aplicação do processo metodológico "DRPE – Diagnóstico Rápido Participativo e Emancipador" no bairro Cidade Nova em Viçosa, detectou-se necessidade de regularização dos lotes, surgindo assim a parceria entre o DAU-Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e o DPD-Departamento de Direito e a Divisão de Extensão da UFV. O objetivo é a elaboração de documentos técnicos que permitam a legalização dos lotes e, futuramente, das residências, de acordo com o Art 9º da seção IV do capítulo II da Lei do número 10257 de 10/07/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Na prática, o projeto é constituído das seguintes etapas: reconhecimento da área, levantamento planimétrico do lote e edificações e elaboração de plantas de situação e respectivos memoriais descritivos. Já foram atendidas cerca de 60 famílias e, como o trabalho ainda está em andamento, pretende-se alcançar a meta de 100 famílias no corrente ano. Dessa forma, o projeto vem permitindo aos alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Direito, não só colocar em prática os conhecimentos apreendidos em aula, mas também uma experiência social relevante, já que o relacionamento entre alunos/profissionais e moradores/clientes é de extrema importância para uma formação técnica responsável.